

Mercado de trabalho no RS, no período 1999-2005: um contraste entre a RMPA e os municípios não metropolitanos*

Sheila S. Wagner Sternberg**

Engenheira Química da FEE

Resumo

O presente artigo, que utiliza a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD) do IBGE como fonte dos dados, faz um balanço da ocupação no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2005, contemplando tanto o agregado estadual como a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e o conjunto dos demais municípios do RS. A análise, além de revelar diferenças importantes no comportamento da RMPA e dos demais municípios do Estado, mostrou que, em linhas gerais, houve crescimento da ocupação, especialmente pela elevação do contingente de empregados com carteira de trabalho assinada, bem como pela diminuição do nível de informalidade e das taxas de desemprego. Mesmo assim, constata-se ainda a permanência de elevado nível de informalidade e de altas taxas de desemprego em todos os recortes territoriais analisados.

Palavras-chave: mercado de trabalho; ocupação; informalidade.

Abstract

This article presents an overview of the labor market performance in Rio Grande do Sul (RS), during the period 1999-2005, using an annual household survey (PNAD-IBGE). It compares the behavior of the metropolitan region of Porto Alegre (RMPA) with the behavior of the group of all other cities of Rio Grande do Sul. The principal results — increasing in the employment, especially by the growth in the number of registered workers, reduction in the informality level — show that the labor market condition in RS is getting better. Despite of it, the unemployment tax and the informality persist in a high level, yet.

* Artigo recebido em 3 jan. 2007.

** A autora agradece a leitura atenta e as sugestões dos colegas Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Maria Isabel H. da Jornada, Carlos Paiva, Mirian Koch, Rosetta Mamarella, Ivan Peyre Tartaruga e Maria Heloisa Lenz.

As transformações econômicas e produtivas que marcaram a década de 90 no Brasil provocaram uma deterioração das condições gerais do mercado de trabalho, expressa, sobretudo, no aumento das taxas de desemprego, na significativa redução de postos de trabalho, especialmente na indústria de transformação, e no avanço da informalidade.

Também no Rio Grande do Sul, como evidenciaram diversos estudos desenvolvidos pela Fundação de Economia e Estatística¹ enfocando a década de 90, as referidas mudanças afetaram negativamente o funcionamento do mercado de trabalho estadual.

No início de 1999, contudo, mudanças na política cambial trouxeram efeitos positivos para o nível de atividade, provocando uma inflexão no desempenho do mercado de trabalho, que se manifestou especialmente no crescimento da ocupação com concomitante aumento dos vínculos formais.

O presente artigo, que faz, fundamentalmente, um balanço da situação da ocupação no Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2005, procura verificar em que medida a melhoria nas condições do mercado de trabalho estadual, iniciada em 1999 e detectada em estudos desenvolvidos pela FEE que trataram do período de vigência do Plano Real (Jornada, 2004; Sternberg, 2005), tem continuidade nos anos seguintes.

A análise, que utiliza a **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** (PNAD, 2005) do IBGE como fonte dos dados, além de contemplar o agregado estadual, também procura cotejar dados da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) com aqueles do conjunto dos demais municípios do Rio Grande do Sul para o período 1999-2005.² Tal comparação justifica-se na medida em que, por suas especificidades, a dinâmica da Região Metropolitana difere significativamente daquela do espaço não metropolitano.

A RMPA tem grande importância no contexto estadual, tanto em termos populacionais como econômicos. Em 2004, com 31 municípios, abrangia uma área de 9.800,2km² (3,5% da superfície total do Estado) e abrigava um contingente de 3,974 milhões de pessoas, o que correspondia a 37,4% da população estadual. Nesse mesmo ano, com uma taxa de urbanização de 96,1%, respondia por cerca de 43% da população urbana do Rio Grande do Sul (Alonso; Brinco, 2006).

Em termos econômicos, destaca-se o seu peso nos Setores Secundário e Terciário. Contando com um parque industrial bastante diversificado e dinâmico, com significativa presença dos segmentos petroquímico, metalúrgico, de produtos alimentares, do complexo automotivo e coureiro-calçadista, a RMPA, em 2002, detinha uma participação de 50,5% do VAB estadual da indústria. No Setor Terciário, no mesmo ano, tinha peso relativo de 46,2% no conglomerado estadual, destacando-se a presença dos serviços comerciais, de saúde, educação, transporte, telecomunicações e intermediários financeiros (Alonso; Brinco, 2006).

O artigo traz, na seção 1, algumas considerações sobre o movimento demográfico, com a finalidade de dimensionar e caracterizar a oferta de força de trabalho nos espaços considerados. A seguir, analisam-se a evolução da ocupação, considerando-se o perfil dos ocupados, a sua distribuição setorial, bem como a distribuição por posição na ocupação. Na seção 3, comentam-se as taxas de desemprego. Finalmente, recuperam-se as principais evidências da análise empreendida.

1 O movimento demográfico

A oferta de força de trabalho — apreendida a partir do dimensionamento da População em Idade Ativa (PIA) e, especialmente, da População Economicamente Ativa (PEA) — é um elemento importante nas análises sobre o mercado de trabalho, já que, muito mais do que seguir uma determinação de cunho estritamente demográfico, a decisão de ingressar nele reflete um conjunto de condicionantes de caráter econômico, social e cultural. Dito de outra maneira, significa que nem sempre a taxa de crescimento populacional ou mesmo a taxa de crescimento da parcela da população apta a se inserir no mercado de trabalho, isto é, a oferta potencial de trabalho, que corresponde à PIA³, traduz-se, obrigatoriamente, no mesmo patamar de crescimento do contingente que efetivamente se insere no mercado de trabalho, a PEA⁴.

¹ A esse respeito, citam-se, dentre outros, Xavier Sobrinho *et al.* (2000), Sternberg, Jornada e Xavier Sobrinho (2000), Wiltgen e Garcia (2002).

² Lembra-se que, em 2000, por ser ano censitário, a PNAD não foi realizada.

³ A População em Idade Ativa é aquela com 10 anos e mais.

⁴ A População Economicamente Ativa é a parcela da população em idade ativa que está inserida no mercado de trabalho, quer como ocupada, quer como desempregada.

Nesse sentido, a taxa de participação, indicador que mede a proporção da População em Idade Ativa que participa efetivamente do mercado de trabalho — seja como ocupada, seja como desocupada —, informando sobre a pressão exercida, é útil para a avaliação da oferta de trabalho.

No Estado, entre os anos extremos do período 1999-2005, a População em Idade Ativa e a População Economicamente Ativa cresceram com velocidades muito próximas — 13,2% para a primeira e 13,6% para a outra —, atingindo, em 2005, contingentes de 9,2 milhões e 6,2 milhões de pessoas respectivamente. No interior do período, entretanto, o mesmo nem sempre ocorreu. Os anos de 2003 e 2004 marcam as maiores diferenças na intensidade de crescimento da PIA e da PEA: em 2003, a PIA cresceu 1,3%, e a PEA, 2,7%; e, em 2004, a PIA teve incremento mais significativo do que a PEA, com variações de 2,0% de 0,5% respectivamente (Tabelas 1 e 2).

Como conseqüência dos ritmos distintos de crescimento da PIA e da PEA, verificaram-se alterações nas taxas de participação. Partindo de 66,8%, em 1999, seu valor manteve-se praticamente inalterado até 2002. Essa estabilidade indica que o crescimento da oferta de trabalho no período analisado foi determinado basicamente pelo crescimento demográfico da PIA. Em 2003, a taxa de participação atingiu o seu valor máximo (67,8%). Uma queda no ano seguinte fez a taxa de participação voltar ao patamar anterior (66,8%), mantendo-se próxima desse valor também em 2005, quando atingiu 67,0% (Gráfico 1).

Na RMPA, a PEA cresceu mais intensamente do que a PIA, tanto entre os anos extremos do período analisado (24,8% e 22,9% respectivamente) como em boa parte dos anos intermediários — as exceções foram 2003 e 2005. Isso indica que, além do incremento pelo crescimento demográfico da PIA, a força de trabalho metropolitana incorporou também indivíduos que deixaram a inatividade para participar do mercado de trabalho (Tabelas 1 e 2).

Além disso, na RMPA, tanto a PIA como a PEA cresceram mais intensamente do que no agregado do Estado, ampliando, com isso, sua participação em relação aos mesmos contingentes do agregado estadual. A PIA metropolitana, que, em 2005, era de 3,4 milhões de pessoas, representava 36,9% da PIA estadual, marcando uma ampliação de cerca de três pontos percentuais em relação ao início do período. A PEA da RMPA, que, ao final do período, abarcava 2,2 milhões de pessoas, também registrou aumento da ordem de três pontos percentuais em sua participação na PEA estadual, entre

1999 e 2005, atingindo peso relativo de 35,0% no último ano.

A taxa de participação metropolitana, refletindo os ritmos distintos de crescimento da PIA e da PEA na RMPA, cresceu um ponto percentual no cômputo total do período, atingindo 63,6% da PEA em 2005 (Gráfico 1).

Nos municípios não metropolitanos, com taxas de participação sempre superiores às da RMPA (Gráfico 1), registrou-se relativa estabilidade na taxa de participação entre os anos extremos do período 1999-2005 (68,9% em 1999 e 69,0% em 2005). Nesse conjunto de municípios, tal como se viu para o agregado estadual, a População em Idade Ativa e a População Economicamente Ativa tiveram variações muito próximas — 8,2% e 8,3% respectivamente —, atingindo, no último ano, contingentes de 5,8 milhões e 4,0 milhões de pessoas na mesma ordem. Nos anos intermediários, entretanto, registraram-se pequenos descompassos no ritmo de crescimento da PIA e da PEA, que fizeram com que as taxas de participação sofressem pequena oscilação, atingindo o valor mínimo em 2001 (68,6%) e o máximo em 2003 (70,4%).

Ao se considerar a taxa de participação de acordo com os atributos pessoais, observam-se diferenças importantes em cada segmento populacional, em cada um dos espaços analisados (Tabela 3).

Em todos os recortes territoriais, a presença feminina na PIA manteve-se preponderante ao longo de todo o período. O mesmo não se verificou na PEA, em que, a despeito do maior crescimento do contingente feminino frente ao masculino, a presença deste último continuou a ser majoritária (Tabelas 1 e 2).

Tanto no agregado estadual como nos dois recortes territoriais utilizados, o contingente masculino cresceu um pouco mais intensamente na PIA do que na PEA, enquanto, para as mulheres, ocorreu o inverso. Como decorrência, houve ampliação da taxa de participação feminina, enquanto a masculina decresceu. Ainda assim, as taxas de participação femininas ficaram bem abaixo das masculinas, apontando uma maior pressão dos homens no mercado de trabalho.

Na PEA, os estratos etários entre 25 e 59 anos tiveram maior crescimento ou menor decréscimo do que seus correspondentes na PIA, enquanto, nos demais, se verificaram crescimento na PIA e retração ou menor crescimento na PEA. Desse modo, em 2005, tanto no agregado estadual como na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos, observa-se que as taxas de participação dos estratos etários de 10 a 14 anos, de 15 a 19 anos e de 60 anos e mais diminuíram, enquanto

as demais cresceram. Além disso, nesse mesmo ano, é possível verificar também que, nos estratos até 49 anos, as taxas de participação aumentaram, à medida que avançou a idade, diferentemente do que ocorreu nas faixas com idade igual ou superior a 50 anos, nas quais a taxa de participação decresceu com o avanço da idade.

A distribuição da PIA e da PEA por níveis de escolaridade mostrou, em linhas gerais, diminuição do peso dos estratos com até sete anos de estudo e ampliação da ponderação dos demais. Com isso, houve melhoria na condição de escolaridade da PIA e da PEA, especialmente desta última, efeito que foi mais visível na RMPA do que no conjunto de municípios não metropolitanos. Em 2005, a escolaridade média⁵ dos integrantes da PIA e da PEA metropolitana ultrapassava a conclusão do ensino fundamental (oito anos de estudo),

enquanto, no contexto não metropolitano, ainda ficava abaixo desse patamar. No agregado estadual, apenas os integrantes da PEA tinham, em 2005, escolaridade média superior à conclusão do ensino fundamental.

As taxas de participação, em todos os espaços, mostram-se, de maneira geral, crescentes, à medida que se avança o número de anos de estudo. Na comparação com 1999, as taxas de participação diminuíram nos estratos com até sete anos de estudo e aumentaram nos demais. Esse resultado decorreu, de maneira geral, da menor evolução da PEA comparativamente à PIA nos níveis de escolaridade inferiores (até sete anos de estudo) e do crescimento mais intenso da PEA em relação à PIA, nos estratos correspondentes a, pelo menos, oito anos de estudo.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

a) Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	8 168 879	8 634 388	8 820 835	8 933 930	9 111 620	9 248 381
Homens (1)	3 944 428	4 152 290	4 274 797	4 325 143	4 386 759	4 456 117
Mulheres (1)	4 224 451	4 482 098	4 546 038	4 608 787	4 724 861	4 792 264
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	903 120	926 683	940 577	902 371	941 680	948 366
De 15 a 19 anos	922 591	955 804	932 555	911 130	933 359	936 495
De 20 a 24 anos	771 511	864 388	877 293	921 276	915 676	919 101
De 25 a 29 anos	736 870	768 475	740 718	789 640	779 182	805 711
De 30 a 39 anos	1 603 985	1 580 512	1 559 623	1 546 768	1 563 119	1 541 705
De 40 a 49 anos	1 348 943	1 421 917	1 515 235	1 524 959	1 560 758	1 580 305
De 50 a 59 anos	863 894	976 260	1 047 143	1 047 178	1 131 382	1 186 664
60 anos ou mais	1 017 965	1 140 349	1 207 691	1 290 608	1 285 882	1 330 034
Idade ignorada	-	-	-	-	582	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	524 308	561 502	574 352	549 078	548 947	529 592
De 1 a 3 anos	1 111 789	1 188 354	1 081 830	1 044 899	1 085 741	1 086 328
De 4 a 7 anos	3 494 670	3 546 472	3 571 127	3 569 569	3 415 272	3 487 728
De 8 a 10 anos	1 311 348	1 430 136	1 504 885	1 506 262	1 606 493	1 584 537
De 11 a 14 anos	1 246 210	1 427 616	1 563 268	1 693 220	1 844 564	1 956 652
15 anos ou mais	448 023	448 507	493 260	548 520	581 612	583 827
Não determinados e sem declaração	32 531	31 801	32 113	22 382	28 991	19 717

⁵ Trata-se de uma média ponderada que considera o peso de cada faixa em que se distribuem os indivíduos e o número médio do intervalo de anos de estudo correspondente a cada faixa.

Tabela 1

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

b) Região Metropolitana de Porto Alegre

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	2 776 113	3 163 930	3 223 910	3 276 577	3 353 387	3 411 089
Homens (1)	1 301 832	1 491 180	1 535 187	1 551 286	1 579 824	1 621 801
Mulheres (1)	1 474 281	1 672 750	1 688 723	1 725 291	1 773 563	1 789 288
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	309 149	331 864	337 692	322 172	339 171	344 281
De 15 a 19 anos	312 215	354 164	348 238	341 418	334 949	341 112
De 20 a 24 anos	290 215	342 288	351 522	372 572	360 923	371 283
De 25 a 29 anos	259 532	295 790	300 145	304 489	307 103	323 390
De 30 a 39 anos	548 508	578 349	603 693	588 121	589 833	589 185
De 40 a 49 anos	463 946	533 941	541 335	550 597	597 384	586 646
De 50 a 59 anos	284 650	354 153	368 890	380 683	403 745	430 126
60 anos ou mais	307 898	373 381	372 395	416 525	420 279	425 066
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	131 322	143 936	148 286	147 900	143 810	137 119
De 1 a 3 anos	344 542	352 075	352 579	320 092	333 059	323 383
De 4 a 7 anos	1 063 872	1 160 917	1 134 106	1 128 072	1 083 913	1 117 205
De 8 a 10 anos	479 565	598 422	593 615	611 769	648 342	625 670
De 11 a 14 anos	538 432	669 722	743 572	790 569	846 841	907 936
15 anos ou mais	203 975	224 668	242 247	268 626	285 895	290 492
Não determinados e sem declaração ...	14 405	14 190	9 505	9 549	11 527	9 284

c) municípios não metropolitanos

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	5 392 766	5 470 458	5 596 925	5 657 353	5 758 233	5 837 292
Homens (1)	2 642 596	2 661 110	2 739 610	2 773 857	2 806 935	2 834 316
Mulheres (1)	2 750 170	2 809 348	2 857 315	2 883 496	2 951 298	3 002 976
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	593 971	594 819	602 885	580 199	602 509	604 085
De 15 a 19 anos	610 376	601 640	584 317	569 712	598 410	595 383
De 20 a 24 anos	481 296	522 100	525 771	548 704	554 753	547 818
De 25 a 29 anos	477 338	472 685	440 573	485 151	472 079	482 321
De 30 a 39 anos	1 055 477	1 002 163	955 930	958 647	973 286	952 520
De 40 a 49 anos	884 997	887 976	973 900	974 362	963 374	993 659
De 50 a 59 anos	579 244	622 107	678 253	666 495	727 637	756 538
60 anos ou mais	710 067	766 968	835 296	874 083	865 603	904 968
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	392 986	417 566	426 066	401 178	405 137	392 473
De 1 a 3 anos	767 247	836 279	729 251	724 807	752 682	762 945
De 4 a 7 anos	2 430 798	2 385 555	2 437 021	2 441 497	2 331 359	2 370 523
De 8 a 10 anos	831 783	831 714	911 270	894 493	958 151	958 867
De 11 a 14 anos	707 778	757 894	819 696	902 651	997 723	1 048 716
15 anos ou mais	244 048	223 839	251 013	279 894	295 717	293 335
Não determinados e sem declaração ..	18 126	17 611	22 608	12 833	17 464	10 433

FONTES: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração da condição de atividade na semana de referência.

Tabela 2

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

a) Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	5 454 502	5 758 159	5 899 844	6 058 097	6 089 841	6 194 602
Homens	3 047 077	3 206 210	3 279 961	3 345 405	3 362 171	3 409 260
Mulheres	2 407 425	2 551 949	2 619 883	2 712 692	2 727 670	2 785 342
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	168 214	135 086	150 253	148 078	133 948	123 228
De 15 a 19 anos	514 874	553 341	523 611	513 347	536 839	511 666
De 20 a 24 anos	607 694	698 427	700 356	755 695	745 048	768 708
De 25 a 29 anos	607 219	664 417	624 592	674 744	663 284	691 950
De 30 a 39 anos	1 387 259	1 375 295	1 366 286	1 366 140	1 374 058	1 352 389
De 40 a 49 anos	1 124 504	1 179 734	1 279 275	1 300 059	1 319 599	1 352 823
De 50 a 59 anos	619 729	702 503	766 028	765 241	816 651	861 560
60 anos ou mais	425 009	449 356	489 443	534 793	499 832	532 278
Idade ignorada	-	-	-	-	582	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	274 471	278 493	285 088	280 175	252 388	256 325
De 1 a 3 anos	591 758	632 765	569 108	578 049	561 292	546 517
De 4 a 7 anos	2 273 834	2 268 374	2 282 326	2 289 181	2 112 019	2 158 402
De 8 a 10 anos	918 356	1 012 983	1 060 819	1 064 260	1 161 872	1 128 224
De 11 a 14 anos	990 824	1 155 914	1 256 949	1 368 845	1 491 871	1 594 329
15 anos ou mais	381 786	383 177	418 364	460 404	487 045	495 306
Não determinados e sem declaração ..	23 473	26 453	27 190	17 183	23 354	15 499

b) Região Metropolitana de Porto Alegre

DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
TOTAL	1 737 783	2 003 990	2 055 314	2 074 848	2 133 831	2 168 375
Homens	953 165	1 088 789	1 134 528	1 133 066	1 163 546	1 185 974
Mulheres	784 618	915 201	920 786	941 782	970 285	982 401
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	20 998	19 187	22 721	20 957	16 354	15 400
De 15 a 19 anos	159 310	185 201	182 176	166 971	168 948	167 292
De 20 a 24 anos	228 883	281 992	286 460	304 953	299 734	301 461
De 25 a 29 anos	218 774	253 659	252 429	257 815	264 550	278 035
De 30 a 39 anos	461 453	498 691	514 697	507 208	507 875	509 443
De 40 a 49 anos	372 564	431 522	445 087	451 646	498 835	489 607
De 50 a 59 anos	187 705	231 516	246 617	249 766	270 636	293 426
60 anos ou mais	88 096	102 222	105 127	115 532	106 899	113 711
Idade ignorada	-	-	-	-	-	-
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	54 755	54 652	61 339	63 260	56 806	54 001
De 1 a 3 anos	146 130	148 718	147 680	132 552	129 939	124 461
De 4 a 7 anos	603 481	644 669	633 669	605 730	568 260	580 961
De 8 a 10 anos	328 920	409 655	401 138	411 162	448 790	419 786
De 11 a 14 anos	426 871	546 870	598 977	630 634	683 337	735 168
15 anos ou mais	167 747	187 743	204 452	224 243	237 898	246 613
Não determinados e sem declaração ..	9 879	11 683	8 059	7 267	8 801	7 385

Tabela 2

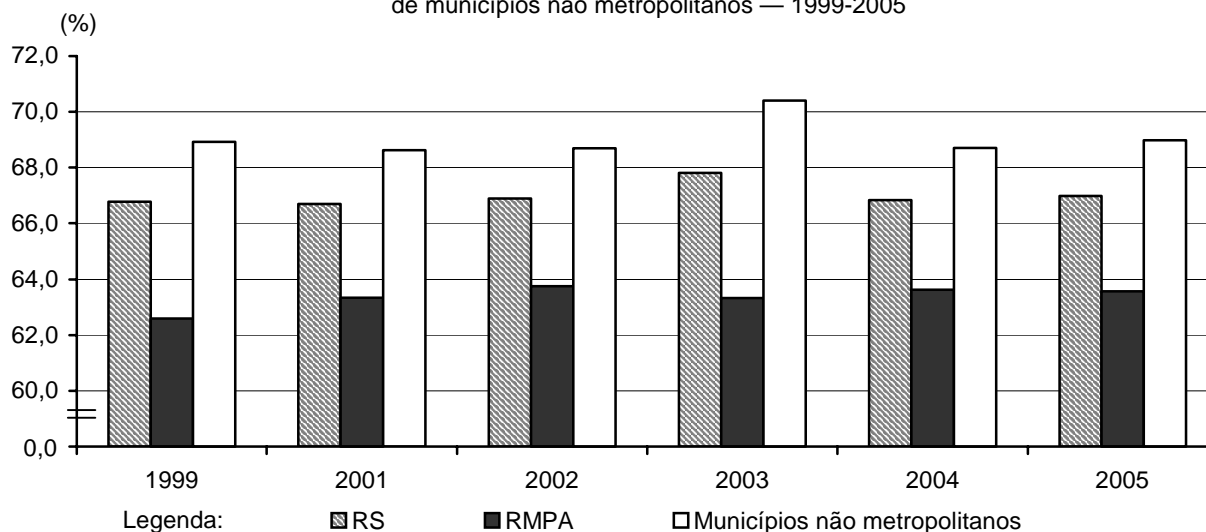
Pessoas de 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas na semana de referência, por sexo, grupos de idade e grupos de anos de estudo, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005

c) municípios não metropolitanos						
DISCRIMINAÇÃO	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Total	3 716 719	3 754 169	3 844 530	3 983 249	3 956 010	4 026 227
Homens	2 093 912	2 117 421	2 145 433	2 212 339	2 198 625	2 223 286
Mulheres	1 622 807	1 636 748	1 699 097	1 770 910	1 757 385	1 802 941
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	147 216	115 899	127 532	127 121	117 594	107 828
De 15 a 19 anos	355 564	368 140	341 435	346 376	367 891	344 374
De 20 a 24 anos	378 811	416 435	413 896	450 742	445 314	467 247
De 25 a 29 anos	388 445	410 758	372 163	416 929	398 734	413 915
De 30 a 39 anos	925 806	876 604	851 589	858 932	866 183	842 946
De 40 a 49 anos	751 940	748 212	834 188	848 413	820 764	863 216
De 50 a 59 anos	432 024	470 987	519 411	515 475	546 015	568 134
60 anos ou mais	336 913	347 134	384 316	419 261	392 933	418 567
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	219 716	223 841	223 749	216 915	195 582	202 324
De 1 a 3 anos	445 628	484 047	421 428	445 497	431 353	422 056
De 4 a 7 anos	1 670 353	1 623 705	1 648 657	1 683 451	1 543 759	1 577 441
De 8 a 10 anos	589 436	603 328	659 681	653 098	713 082	708 438
De 11 a 14 anos	563 953	609 044	657 972	738 211	808 534	859 161
15 anos ou mais	214 039	195 434	213 912	236 161	249 147	248 693
Não determinados e sem declaração ..	13 594	14 770	19 131	9 916	14 553	8 114

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gráfico 1

Evolução das taxas de participação da PEA e da PIA no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 3

Taxas de participação, por atributos, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

(%)

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Total	66,8	67,0	62,6	63,6	68,9	69,0
Homens	77,3	76,5	73,2	73,1	79,2	78,4
Mulheres	57,0	58,1	53,2	54,9	59,0	60,0
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	18,6	13,0	6,8	4,5	24,8	17,8
De 15 a 19 anos	55,8	54,6	51,0	49,0	58,3	57,8
De 20 a 24 anos	78,8	83,6	78,9	81,2	78,7	85,3
De 25 a 29 anos	82,4	85,9	84,3	86,0	81,4	85,8
De 30 a 39 anos	86,5	87,7	84,1	86,5	87,7	88,5
De 40 a 49 anos	83,4	85,6	80,3	83,5	85,0	86,9
De 50 a 59 anos	71,7	72,6	65,9	68,2	74,6	75,1
60 anos ou mais	41,8	40,0	28,6	26,8	47,4	46,3
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano	52,3	48,4	41,7	39,4	55,9	51,6
De 1 a 3 anos	53,2	50,3	42,4	38,5	58,1	55,3
De 4 a 7 anos	65,1	61,9	56,7	52,0	68,7	66,5
De 8 a 10 anos	70,0	71,2	68,6	67,1	70,9	73,9
De 11 a 14 anos	79,5	81,5	79,3	81,0	79,7	81,9
15 anos ou mais	85,2	84,8	82,2	84,9	87,7	84,8
Não determinados e sem declaração	72,2	78,6	68,6	79,5	75,0	77,8

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

2 A evolução da ocupação

A população ocupada no Rio Grande do Sul cresceu 14,7% no período 1999-2005, passando de cerca de 5 milhões para 5,8 milhões, acusando a geração de 741,9 mil postos de trabalho. No interior do período, contudo, ainda que se tenha verificado expansão de contingente em todos os anos, houve uma clara tendência de desaceleração do ritmo de crescimento.

Logo no início do período, o Estado, que tem no segmento exportador um forte dinamizador de sua economia, foi positivamente afetado pela mudança na política cambial, o que se refletiu na elevação de 6,2% na ocupação, entre 1999 e 2001. Nos anos seguintes, o

ritmo de expansão caiu progressivamente, atingindo 1,2% em 2005. Destaque-se que, neste último ano, a economia estadual teve seu desempenho prejudicado pela quebra na safra de grãos e pelo câmbio valorizado (Gráfico 2).

A RMPA e os municípios não metropolitanos, embora preservando a tendência geral de crescimento da ocupação, mostraram ritmos distintos de variação ao longo do período analisado. A RMPA, que respondeu por aproximadamente 56% das vagas acrescidas no Estado, no período 1999-2005, abrigava, no último ano, praticamente 2 milhões de ocupados, graças ao crescimento de 26,6% em seu nível ocupacional, uma variação superior àquela do agregado estadual.

O exame do interior do período revela que, entre 1999 e 2001, foi o forte crescimento da ocupação metropolitana (17,1%), pela criação de 266,6 mil vagas — cerca de 85% do total do RS no mesmo período —, que garantiu o impulso no nível ocupacional estadual, entre os mesmos anos. Nos dois anos seguintes, a taxa de incremento do contingente de ocupados na RMPA caiu abruptamente, atingindo 1,2% e 0,8% respectivamente. Nesses anos, a RMPA teve influência muito menor na expansão da ocupação estadual, respondendo, de forma aproximada, por 16% e 13% respectivamente. Em 2004, com um ritmo mais intenso de crescimento da ocupação (4,2%), a RMPA novamente influiu de forma decisiva no crescimento das vagas no Estado, respondendo por cerca de 80% das mesmas. Em 2005, com um crescimento de 1,8% na ocupação, o peso da RMPA na geração de vagas estaduais (48,4%) ficou um pouco abaixo daquele dos municípios não metropolitanos (Gráfico 2).

No conjunto de municípios não metropolitanos, o número de postos gerados, no período analisado, foi mais modesto do que na RMPA, registrando-se variação de 9,3% pelo acréscimo de 325,6 mil vagas. Também nesse conjunto de municípios, a variação, sempre positiva, no nível ocupacional exibiu oscilações (Gráfico 2). A pequena expansão entre 1999 e 2001 (1,4%) foi seguida por um crescimento mais intenso no ano seguinte (3,2%), quando registrou a maior variação da série. Nos dois anos subsequentes, as taxas de crescimento diminuíram (variações de 2,9% e 0,5%), e, por fim, no último ano, houve pequena recuperação na intensidade de crescimento (1,0%).

Os diferentes ritmos de crescimento da ocupação na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos fizeram com que estes últimos perdessem 3,2 pontos percentuais em sua participação no total da ocupação estadual, que, ainda assim, se manteve majoritária. Em 2005, praticamente dois terços do total de ocupados estaduais estavam fora da RMPA (Gráfico 3).

Ao se considerarem as características do pessoal ocupado, percebem-se algumas alterações importantes tanto para aqueles da RMPA como para os dos municípios não metropolitanos (Tabela 4).

A expansão mais acentuada do contingente feminino na ocupação foi um movimento presente entre os ocupados sul-rio-grandenses. O contingente feminino cresceu 16,9%, e o masculino, 13,0%, pela incorporação de cerca de 372.000 e 370.000 pessoas em cada um deles, respectivamente. Com isso, o contingente feminino, que, ao final do período, era de 2,6 milhões de pessoas, mantinha-se ainda minoritário, embora tivesse ampliado

sua participação no total da ocupação, passando de 43,4% em 1999 para 44,2% em 2005.

Em termos absolutos, a RMPA e os municípios não metropolitanos contribuíram quase igualmente para o crescimento da ocupação feminina, ao passo que, para a masculina, a parcela advinda da RMPA (62%) foi mais significativa do que aquela do espaço não metropolitano.

Na RMPA, as variações percentuais da parcela feminina e da masculina foram muito próximas (27,0% para elas e 26,4% para eles), não produzindo alteração significativa nas suas participações no total da ocupação desse espaço. Ao final do período, havia 873,5 mil mulheres e 1,1 milhão de homens ocupados na RMPA, o que correspondia a 44,1% e 55,9% dos ocupados dessa região respectivamente. Já nos municípios não metropolitanos, o número de mulheres ocupadas cresceu 12,2%, e o de homens, 7,1%, atingindo, respectivamente, 1,7 milhão e 2,1 milhões de pessoas. Com isso, em 2005, a presença feminina ampliou sua participação nesse espaço em 1,2 ponto percentual, atingindo 44,2% da ocupação não metropolitana.

A redução do número de ocupados com idade entre 10 e 14 anos — uma mudança positiva, já que, no País, participar do mercado de trabalho nessa faixa etária é ilegal — manifestou-se tanto no agregado estadual como nos dois recortes territoriais considerados.⁶ No Estado, a redução de pouco mais de 33.000 ocupados nessa faixa etária (queda de 22,4%) deveu-se fundamentalmente aos municípios não metropolitanos.⁷ Nesses municípios, a redução de cerca de 29.000 postos nesse estrato foi responsável por aproximadamente 86% do total de vagas eliminadas no mesmo grupo etário, no RS. Ainda assim, ao final do período, esse estrato abrigava 115,8 mil ocupados no Estado, dos quais 89,6% estavam nos municípios não metropolitanos.

Nos demais grupos etários, de maneira geral, houve elevação de contingente,⁸ com variações mais significativas para os estratos de maior idade. Com isso, ao final do período, elevou-se a média etária da população ocupada. No total do RS, a idade média dos ocupados, com elevação de 1,2 ano, atingiu 38,5 anos em 2005. Na

⁶ É possível associar essa redução à implementação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), bem como de outras políticas públicas, como o Programa Bolsa-Escola.

⁷ Durante todo o período, a maior parte dos ocupados de 10 a 14 anos encontrava-se nos municípios não metropolitanos, que respondiam por quase 90% do total estadual no mesmo estrato.

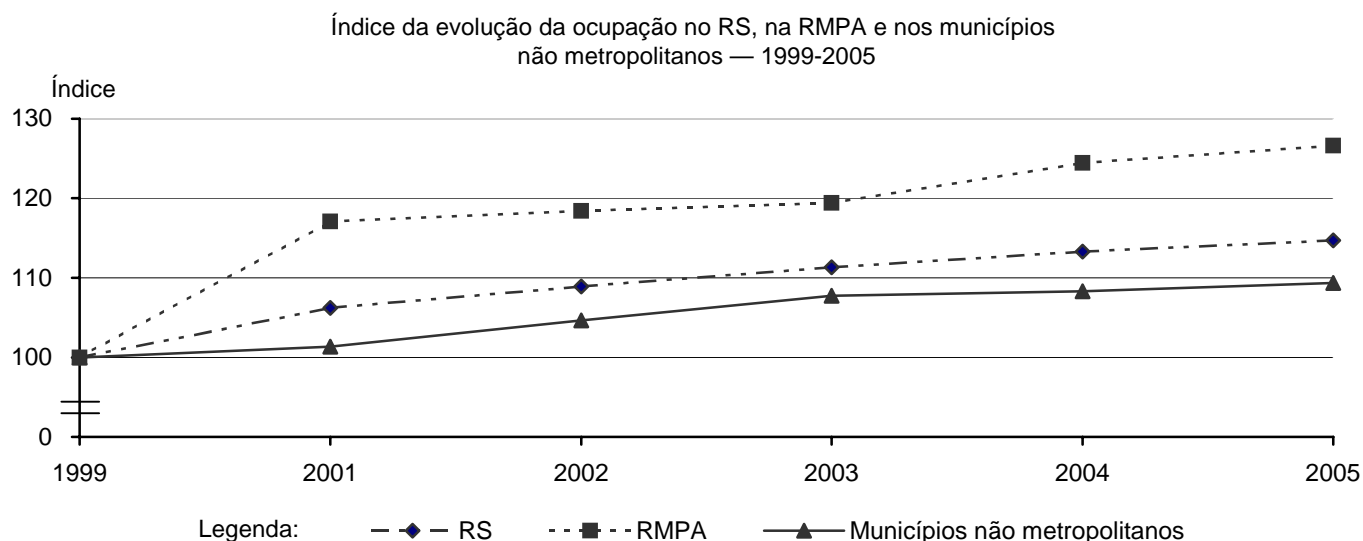
⁸ A única exceção foi para a faixa de 30 a 39 anos, que teve queda de 8,1% nos municípios não metropolitanos e de 1,5% no agregado estadual.

RMPA, espaço em que se encontravam os ocupados mais jovens, a média etária atingiu 37,7 anos, marcando a elevação de um ano entre 1999 e 2005. Nos municípios não metropolitanos, o aumento de 1,3 ano elevou a média etária dos ocupados para 38,9 anos ao final do período.

A escolaridade média dos ocupados, medida através do número médio de anos de estudo, apresentou elevação no período analisado, que, de maneira geral, foi decorrência da diminuição do número de indivíduos até sete anos de estudo e do aumento do dos demais. Esse comportamento é indicativo da dificuldade que os menos escolarizados encontram para a obtenção de emprego. No agregado estadual, a escolaridade média,

que, no início do período, era inferior à conclusão do ensino fundamental, em 2005 havia ultrapassado esse patamar, atingindo a média de 8,2 anos de estudo. Nos municípios não metropolitanos, com escolaridade média sempre abaixo do agregado estadual, a elevação ocorrida no período não foi suficiente para garantir que a escolaridade média dos ocupados correspondesse, pelo menos, à conclusão do ensino fundamental, ficando em 7,6 anos de estudo em 2005. A escolaridade média dos ocupados da RMPA, que, no início do período, já era superior ao ensino fundamental completo, atingiu 9,4 anos de estudo em 2005.

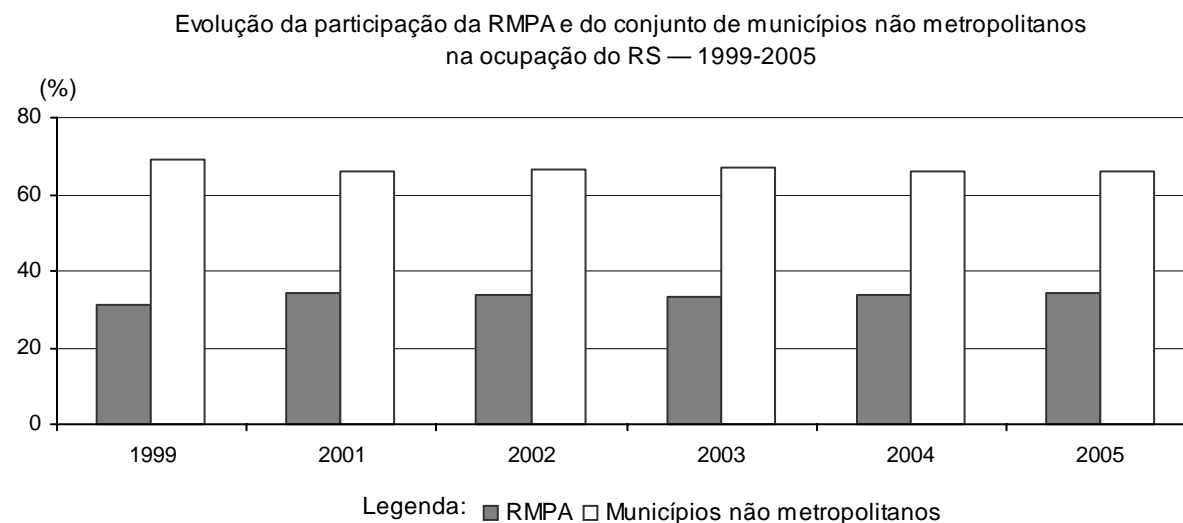
Gráfico 2



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 3



FORNTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 4

Ocupados, por sexo, por grupos de anos de idade e por grupos de anos de estudo, no RS — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
TOTAL	5 056 101	5 798 040	1 563 039	1 979 364	3 493 062	3 818 676
Homens	2 863 553	3 235 758	874 955	1 105 813	1 988 598	2 129 945
Mulheres	2 192 548	2 562 282	688 084	873 551	1 504 464	1 688 731
Grupos de idade						
De 10 a 14 anos	149 169	115 794	16 675	12 024	132 494	103 770
De 15 a 19 anos	408 805	411 447	113 824	122 147	294 981	289 300
De 20 a 24 anos	538 525	674 287	195 950	256 317	342 575	417 970
De 25 a 29 anos	561 983	641 442	196 755	254 195	365 228	387 247
De 30 a 39 anos	1 307 895	1 287 909	426 257	478 012	881 638	809 897
De 40 a 49 anos	1 075 142	1 300 949	353 213	465 563	721 929	835 386
De 50 a 59 anos	597 037	839 786	175 770	280 349	421 267	559 437
60 anos ou mais	417 545	526 426	84 595	110 757	332 950	415 669
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de um ano ..	255 840	248 788	48 581	51 681	207 259	197 107
De 1 a 3 anos	552 284	524 532	132 133	113 492	390 151	411 040
De 4 a 7 anos	2 127 971	2 040 047	540 287	526 961	1 587 684	1 513 086
De 8 a 10 anos	817 793	1 018 938	286 111	370 213	531 682	648 725
De 11 a 14 anos	912 032	1 471 800	384 884	672 933	527 148	798 867
15 anos ou mais	369 333	481 440	163 223	237 965	206 110	243 475
Não determinados e sem declaração	20 848	12 495	7 820	6 119	13 028	6 376

FORNTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

2.1 A ocupação por setores de atividade

Ao se considerar a evolução da ocupação por setores de atividade, verifica-se que, no RS, no período 1999-2005, todos os setores exibiram crescimento do contingente ocupado.

No Setor Primário estadual, o acréscimo de cerca de 93 mil postos de trabalho (variação de 7,1%) elevou o número de ocupados para 1,4 milhão de pessoas. A despeito desse aumento global de contingente, as dificuldades enfrentadas pelo setor agrícola, no Estado, no período recente, fizeram com que, em 2004 e 2005, houvesse retração de 3,6% e 2,4% no número de ocupados respectivamente. Como seria previsível, os municípios não metropolitanos, com um acréscimo de 77.000 postos neste setor, foram os que mais contribuíram para o crescimento da ocupação estadual, respondendo por 83,0% do crescimento do setor no período. Na RMPA, o Setor Primário, com pouca expressão no total da ocupação, teve acréscimos de 15,8 mil postos (variação de 23,2%) — Gráfico 4.

O Setor Terciário, no agregado estadual, registrou crescimento da ocupação em todos os anos do período analisado, resultando em um acréscimo total de 444,4 mil vagas, com uma variação de 17,7%. Não obstante isso, o movimento foi oscilante, com momentos de maior crescimento alternados com outros de variações menores. Após crescer 7,1% entre 1999 e 2001, houve uma queda brusca no ritmo de crescimento da ocupação, que se manteve praticamente constante em 2002 (0,6%), voltou a crescer mais intensamente em 2003 (2,0%) e em 2004 (4,6%), para novamente diminuir a velocidade de crescimento no último ano da série (2,4%). Ao final do período, 51% dos ocupados do RS (praticamente 3 milhões de pessoas) estavam no Setor Terciário (Gráfico 5).

Diferentemente do que ocorreu no Setor Primário, no Terciário, o espaço metropolitano foi o que mais contribuiu para o crescimento da ocupação nesse setor. O incremento da RMPA foi, em termos absolutos, praticamente o dobro daquele dos municípios não metropolitanos.

Na RMPA, repetindo o comportamento do agregado estadual, o Setor Terciário foi o que teve maior ampliação (cerca de 293 mil postos, com uma variação de 28,8%). Esse setor, que foi o responsável por 63,7% do total de postos gerados na Região, entre 1999 e 2005, abarcava, ao final do período, praticamente dois terços dos ocupados da RMPA (1,3 milhão de pessoas) — Gráfico 5.

Nos municípios não metropolitanos, o Setor Terciário, com a incorporação de 151,6 mil indivíduos (crescimento de 10,1%), abrigava 1,6 milhão de ocupados em 2005, o que representava cerca de 43% dos ocupados desse conjunto de municípios (Gráfico 5).

Por fim, o Secundário, com um acréscimo global de 306 mil postos (variação de 27,5%) no conjunto do Estado, detinha 1,4 milhão de ocupados em 2005. Nesse setor, verificou-se diminuição gradual do ritmo de crescimento. Partindo de uma variação de 11,6% entre 1999 e 2001, o crescimento da ocupação diminuiu ano a ano, até alcançar 2,6% em 2005 (Gráfico 6).

A indústria de transformação, segmento com maior peso na estrutura da ocupação do Secundário estadual (acima de 70% durante todo o período analisado), foi a responsável pela maior parte das vagas geradas nesse setor. Com um acréscimo de 241 mil postos entre 1999 e 2005 (variação de 30,3%), ela respondeu por 78,8% daqueles gerados no Secundário e por pouco menos de um terço das novas ocupações do RS. Ao final do período, havia um milhão de ocupados na indústria de transformação do RS. O crescimento da ocupação nessa atividade deu-se mais intensamente no início do período, graças à mudança na política cambial, que, alavancando as exportações, beneficiou segmentos industriais voltados para o mercado externo, como a indústria calçadista (Gráfico 7).

A RMPA e os municípios não metropolitanos tiveram praticamente o mesmo peso no crescimento da ocupação do Setor Secundário estadual — 49% para o primeiro (151 mil postos) e 51% para o outro (155 mil postos).

Na RMPA, o Setor Secundário, com 571,7 mil ocupados em 2005, registrou variação de 35,8% em seu nível ocupacional, respondendo por pouco mais de um terço do total de postos acréscimos à ocupação metropolitana (Gráfico 6). Nesse setor, 85,7% das vagas deveram-se à indústria de transformação, que, no período analisado, incorporou cerca de 129 mil ocupados, registrando o excepcional crescimento de 43,8% (Gráfico 7). A indústria de transformação metropolitana, que respondeu por 54% do total de postos acréscimos ao mesmo setor no agregado estadual, contava, ao final do período, com 424.000 ocupados. Boa parte do incremento desse setor deu-se nos primeiros anos do período, quando a mudança na política cambial, ao favorecer as exportações, trouxe efeitos positivos para os segmentos industriais localizados na RMPA. Esse é o caso da

indústria calçadista, que, nesse período, aumentou significativamente a contratação de pessoal.⁹

No conjunto de municípios não metropolitanos, o Setor Secundário abrigava 847,6 mil ocupados em 2005, graças ao acréscimo de 155.000 vagas (variação de 22,4%) — Gráfico 6. Esse setor foi o responsável por cerca de 48% do total de postos de trabalho criados nesse espaço. Também nesses municípios, a indústria de transformação, com a incorporação de 111,6 mil ocupados — variação de 22,4% — (Gráfico 7), teve peso preponderante na geração de vagas do Secundário, respondendo por 72% da expansão da ocupação no Setor, um peso menor do que aquele registrado na RMPA. Ao final do período, nesse conjunto de municípios, havia 610,5 mil ocupados na indústria de transformação.

Como se viu, no cômputo total do período, nos setores analisados, as variações apresentadas pela RMPA foram sempre mais expressivas do que aquelas do conjunto de municípios não metropolitanos. Como decorrência, ao final do período, o espaço metropolitano ampliou sua participação na ocupação desses setores, em relação ao agregado estadual (Gráfico 8). A indústria de transformação foi o setor no qual a RMPA mais ampliou a sua participação, passando de 37,2% em 1999 para 53,4% ao final do período.

No interior de cada um dos espaços analisados, as diferentes intensidades de crescimento da ocupação nos setores investigados provocaram alteração em suas ponderações e, em alguns casos, nas suas posições relativas na estrutura ocupacional (Tabela 5).

No agregado estadual, o Setor Terciário, com um aumento de 1,3 ponto percentual na sua participação, manteve-se como o maior absorvedor de pessoal, respondendo, ao final do período, por pouco mais da metade do total de ocupados do Estado. O Setor Secundário, com um incremento de 2,5 pontos percentuais em sua participação, abarcava, em 2005, praticamente um quarto dos ocupados estaduais, assumindo a segunda posição, no lugar que, no início do período, foi do Setor Primário. Esse setor, único a perder participação, detinha, ao final do período, 24,2% dos ocupados estaduais, uma participação que era 1,7 ponto percentual inferior à inicial.

Na RMPA, os setores considerados mantiveram-se nas mesmas posições. Em 2005, o Terciário detinha dois terços dos ocupados, com uma nítida vantagem

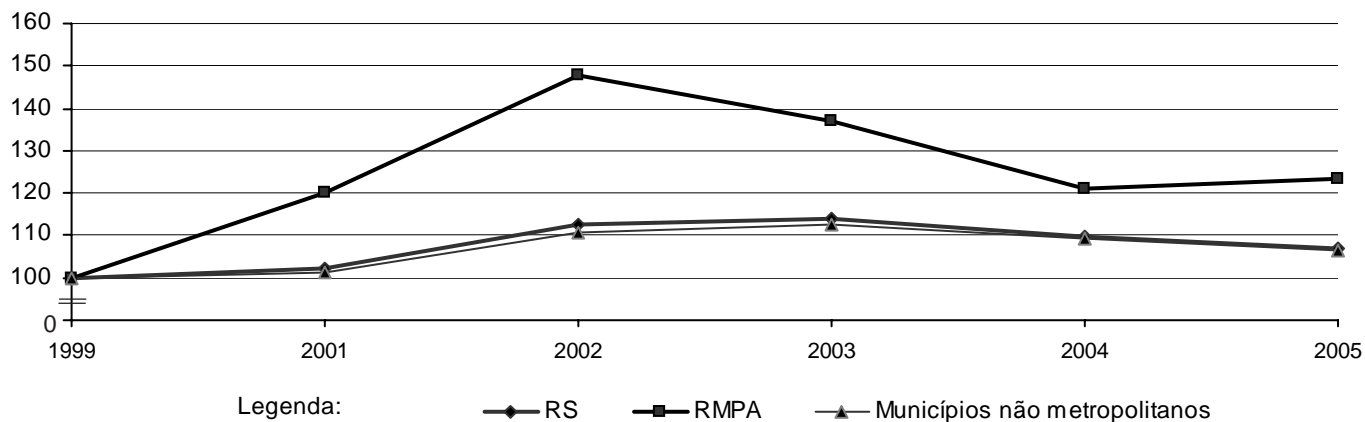
em relação ao Setor Secundário, que absorvia 28,9% dos ocupados, e ao Setor Primário (único a perder participação), que respondia por apenas 4,2% da ocupação.

No conjunto de municípios não metropolitanos, a hierarquia setorial, bem mais equilibrada do que aquela da RMPA, manteve-se também inalterada. Em 2005, o Setor Terciário, com praticamente a mesma participação do início do período, absorvia 43,1% dos ocupados; o Setor Primário, com queda de um ponto percentual, detinha 34,5% da ocupação; e o Setor Secundário, apesar da ampliação de 2,4 pontos percentuais, mantinha-se com o menor percentual de ocupados (22,2%).

⁹ Dados do **Informe PED** destacam que a expansão do emprego industrial em 1999 e em 2000, na RMPA, foi sustentada basicamente pela indústria calçadista.

Gráfico 4

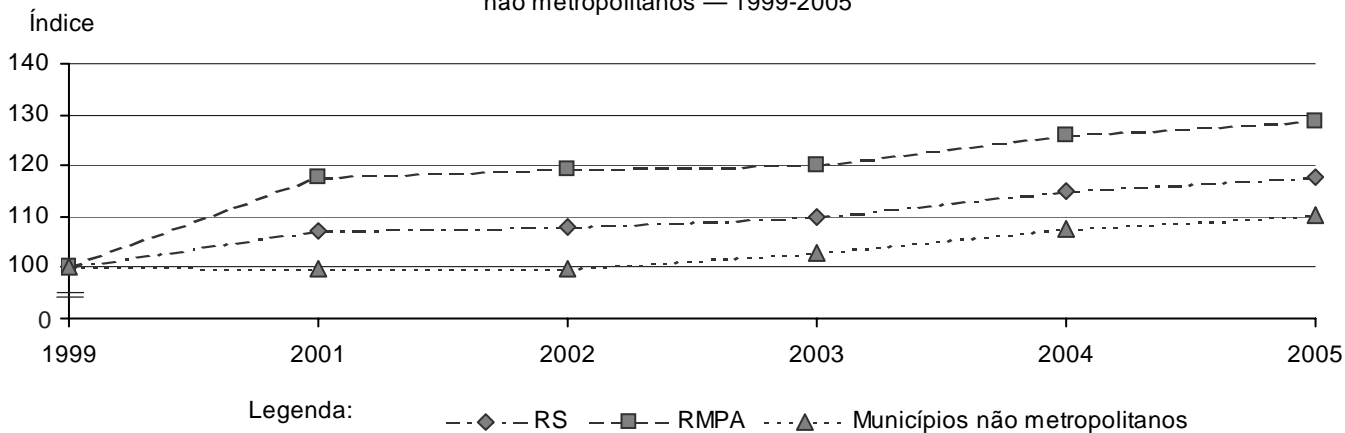
Índice da evolução da ocupação no Setor Primário do RS, da RMPA e do conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005).
Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

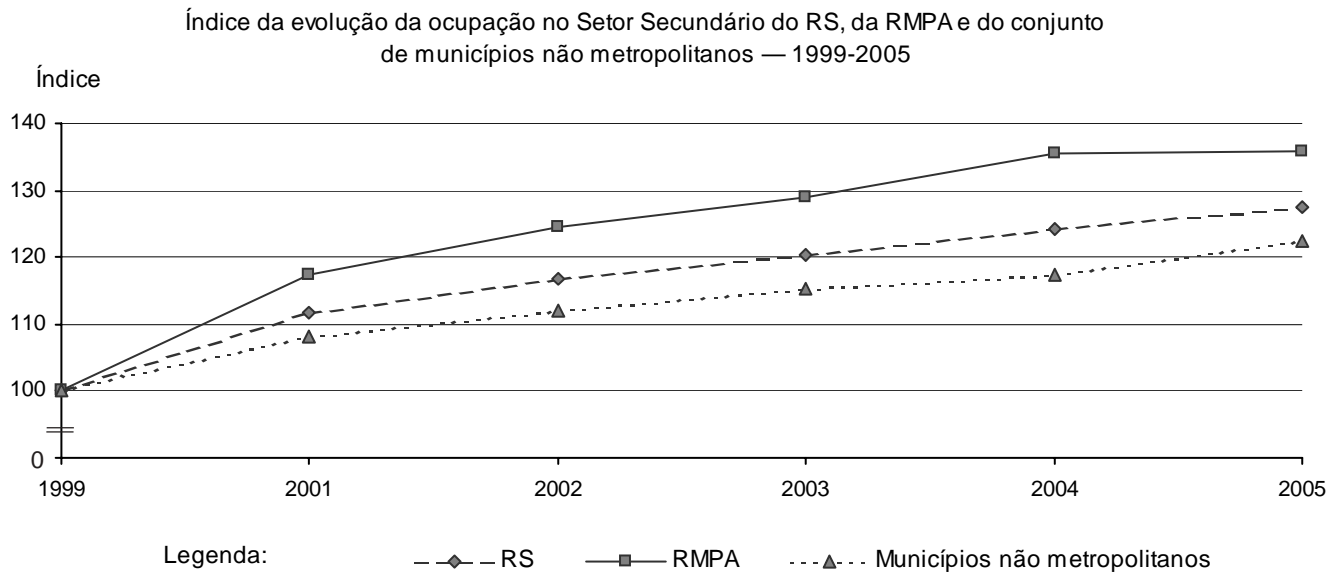
Gráfico 5

Índice da evolução da ocupação no Setor Terciário do RS, da RMPA e do conjunto de municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005).
Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.
NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 6

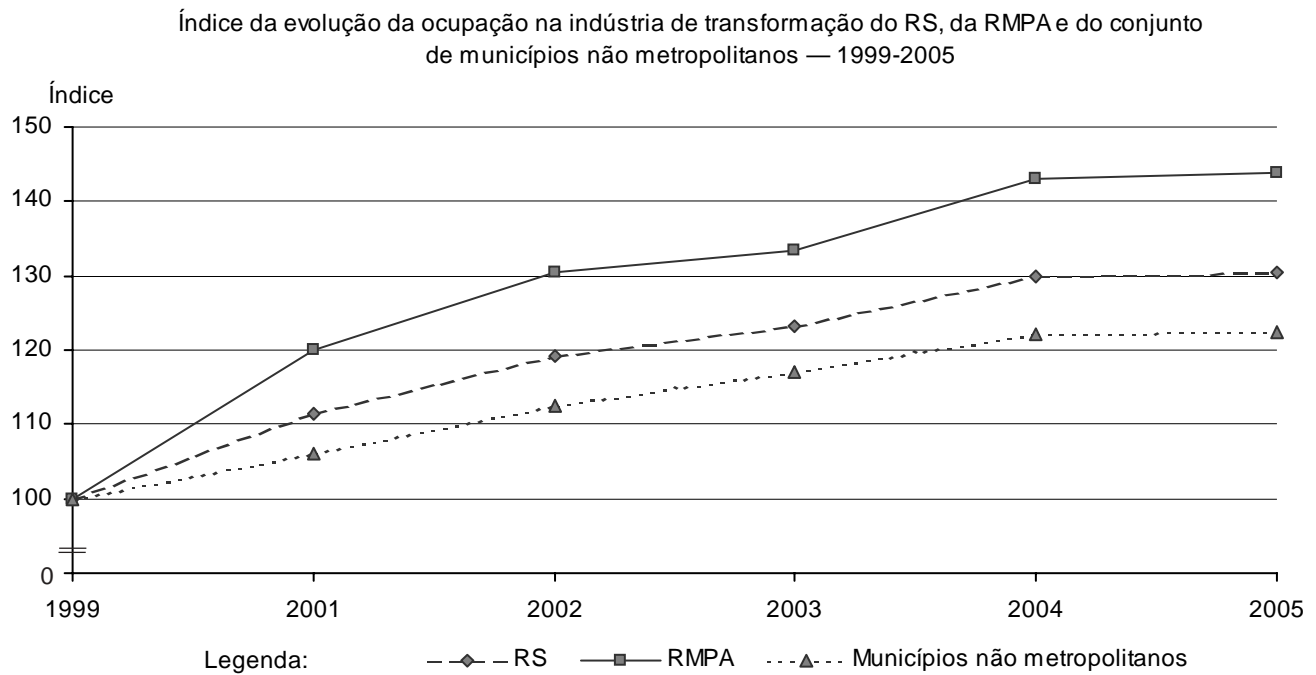


FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005).

Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 7

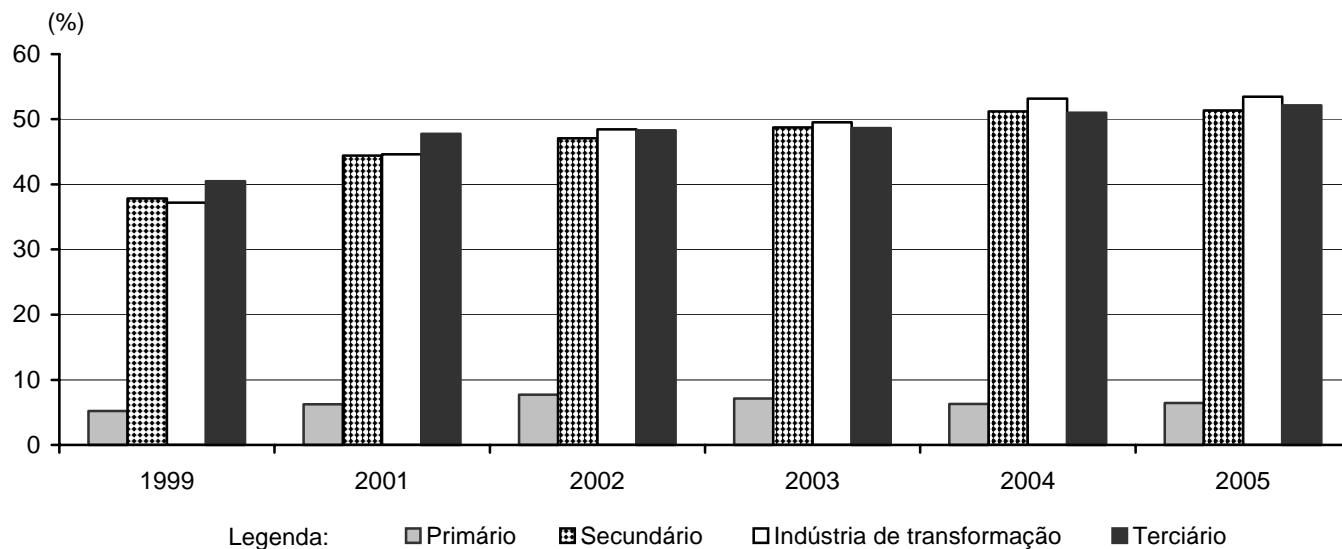


FONTE: PESQUISA NACIONAL POR MOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

NOTA: Os dados têm como base 1999 = 100.

Gráfico 8

Evolução da participação dos ocupados da RMPA, por setores de atividade, na ocupação estadual, por setores de atividade — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 5

Distribuição percentual dos ocupados, por setores de atividade, no trabalho principal, no RS — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Setor Primário	25,9	24,2	4,4	4,2	35,5	34,5
Setor Secundário	22,0	24,5	26,9	28,9	19,8	22,2
Indústria de transformação	15,7	17,8	18,9	21,4	14,3	16,0
Setor Terciário	49,7	51,0	65,1	66,2	42,8	43,1
Atividades mal definidas ou não declaradas	2,4	0,4	3,6	0,7	1,9	0,2

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

2.2 A evolução por posição na ocupação

No Estado, no período 1999-2005, praticamente todas as categorias de posição na ocupação exibiram crescimento de contingente — as únicas exceções foram os não-remunerados e os trabalhadores na construção para o próprio uso (Tabela 6). Em termos absolutos, destaca-se o crescimento do número de empregados com carteira de trabalho assinada (377,4 mil postos), daqueles sem carteira assinada¹⁰ (150,4 mil postos) e também à dos conta-própria (143,5 mil postos).

O maior crescimento da categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada comparativamente à dos sem carteira e à dos conta-própria, associado à queda na ocupação dos não-remunerados e dos trabalhadores na construção para o próprio uso, aponta uma melhoria na qualidade dos postos gerados.

Tal tendência fica mais clara, se se analisar o comportamento da ocupação, agrupando-se as posições na ocupação em dois grandes blocos. No primeiro, toma-se o conjunto das posições associadas à informalidade¹¹ — os empregados sem carteira, os trabalhadores por conta própria¹², os empregados domésticos¹³, os não-remunerados, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso — e, no outro, as ocupações protegidas, de melhor qualidade¹⁴ — empregados com carteira de trabalho assinada, militares, funcionários públicos estatutários e empregadores.

Os dados apresentados na Tabela 6 revelam que, para o agregado estadual, no período 1999-2005, o conjunto das ocupações protegidas cresceu 22,2%, ao passo que aquelas consideradas informais tiveram crescimento bem menor (9,3%). Mesmo assim, ao final do período, 55,7% dos ocupados estaduais ainda se encontravam em categorias informais (3,2 milhões de indivíduos), uma situação melhor do que a de 1999, quando essas categorias atingiam 58,5% da ocupação, mas, mesmo assim, ainda bastante desfavorável (Gráfico 9).

Na RMPA, assim como no agregado estadual, no período analisado, as ocupações protegidas cresceram mais intensamente do que as precárias — variações de 38,3% e 14,3% respectivamente (Tabela 6). Como decorrência, ao final do período, reduziu-se a participação das categorias associadas à precarização, que atingiram 44,0% do total da ocupação (870.000 indivíduos), evidenciando, na RMPA, uma situação melhor do que no conjunto do Estado. Em relação ao conjunto do RS, esse espaço, ao final do período, reduziu sua participação na ocupação informal e aumentou naquela com proteção legal e, portanto, de melhor qualidade, abrigando pouco mais de um quarto do total de ocupados informais e 43% daqueles com vínculo protegido (Gráfico 10). Ressalte-se que a RMPA foi responsável por quase 40% das vagas acrescidas à ocupação informal e por cerca de 66% das aumentadas na ocupação de melhor qualidade no Estado.

No conjunto de municípios não metropolitanos, as categorias de ocupação protegidas também cresceram mais intensamente do que as informais, com variações de 12,3% e de 7,6%, respectivamente, entre 1999 e 2005 (Tabela 6). Ao final do período, nesse conjunto de municípios, ainda que com uma melhora em relação a 1999, o contingente de ocupados com inserção precária atingia 2,4 milhões de pessoas, persistindo majoritário e bem acima da média estadual e daquela da RMPA, com participação de 61,8% no total de ocupados do espaço não metropolitano. A maior expressão da informalidade no espaço não metropolitano, comparativamente à RMPA, deve-se, em larga medida, à presença mais significativa de não-remunerados e trabalhadores para o próprio consumo, categorias fortemente associadas à ocupação no setor agrícola,¹⁵ que, conforme tratado anteriormente,

¹⁰ Na PNAD, eles aparecem sob a denominação “outros”.

¹¹ Referem-se aqui aquelas formas de inserção que não garantem aos trabalhadores a proteção e os direitos previstos na legislação vigente, consideradas, por isso mesmo, precárias. Adverte-se, no entanto, que não é o propósito deste artigo discutir a precarização.

¹² Ainda que, entre os trabalhadores por conta própria, se encontre uma parcela com maiores níveis de qualificação e também alguns que contribuem para a Previdência, os quais, portanto, não se configuram propriamente como informais, parece adequada a associação dessa categoria à informalidade, na medida em que parcela expressiva dos indivíduos se encontra nessa condição como meio de sobrevivência, em um momento no qual o mercado de trabalho não consegue gerar ocupações em quantidade e qualidade suficientes (Ramos; Ferreira, 2005).

¹³ Incluem-se nessa categoria os empregados domésticos com carteira de trabalho assinada e também os sem carteira de trabalho assinada.

¹⁴ A melhor qualidade dessas ocupações associa-se à existência de benefícios que acompanham esse tipo de ocupação, como melhores salários e o amparo e a proteção da legislação trabalhista (CLT).

¹⁵ Em 2005, os dados da PNAD mostram que, no conjunto de municípios não metropolitanos, todos os trabalhadores na produção para o próprio consumo estavam no setor agrícola, e, dos não-remunerados, 86% também se encontravam nesse setor. Assim, cerca de 60% do total da ocupação era composta por não-remunerados e por trabalhadores na produção para o próprio consumo.

deteve mais de um terço dos ocupados desses municípios no período analisado.

Sinteticamente, é possível, então, afirmar que, no agregado estadual, bem como na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos, ainda que se mantendo em patamar elevado, há uma diminuição da informalidade no mercado de trabalho, que se associa, especialmente, ao aumento do emprego com carteira de trabalho assinada.

Dentre os fatores que contribuíram para a elevação do assalariamento com carteira de trabalho assinada, dois parecem ter tido maior influência.¹⁶ De um lado, pode-se associá-la a uma fiscalização mais efetiva por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (Ramos, 2002; Moretto; Krein, 2005). De outro, é possível relacioná-la à estrutura setorial da ocupação (Ramos, 2002; Ramos; Britto, 2004; Ramos; Ferreira, 2005; Passos; Ansiliero; Paiva, 2005).

Como se viu anteriormente — revertendo a tendência da década passada¹⁷ —, a ocupação na indústria de transformação, entre 1999 e 2005, cresceu em ritmo mais intenso do que no Setor Terciário, especialmente na RMPA, fazendo aumentar o peso do setor industrial na ocupação. Esse movimento teria contribuído para o aumento dos níveis de formalização do mercado de trabalho estadual, na medida em que, na indústria de transformação, a participação dos empregados com carteira de trabalho assinada é tradicionalmente mais elevada do que no setor serviços.

De fato, ao se considerar a distribuição dos empregados¹⁸ por categoria de emprego, nos setores de atividade, constata-se que a indústria de transformação é o setor no qual os empregados com carteira assinada atingem o maior percentual em relação ao total de

empregados.¹⁹ No Estado, entre 1999 e 2005, a participação dos empregados com carteira assinada em relação ao total de empregados aumentou na indústria de transformação, atingindo, no último ano, 85%, enquanto, no Setor Terciário e no total da ocupação, se manteve praticamente constante, representando, respectivamente, 71% e 72%. Na RMPA, em 2005, o percentual de empregados com carteira assinada era, em média, 83,3% na indústria de transformação, 73,8% no Setor Terciário e 75,6% no total da ocupação. No conjunto de municípios não metropolitanos, em 2005, os empregados com carteira assinada também tinham maior participação na indústria de transformação, representando 85,5%, enquanto, no Terciário, eram 68,7% e, no total da ocupação, eram 70% (Tabela 7).

¹⁶ Para uma análise mais completa a esse respeito, ver Moretto e Krein (2005).

¹⁷ Nos anos 90, a indústria de transformação, segmento que foi mais duramente afetado pelas mudanças na política econômica, experimentou uma forte redução em seu contingente e, conseqüentemente, uma perda de sua importância relativa na estrutura da ocupação estadual. O Setor Terciário, por sua vez, que acolheu parte dos trabalhadores que foram liberados da indústria de transformação e dos que ingressaram no mercado de trabalho, ampliou o número de seus ocupados e também sua participação na ocupação estadual. A respeito do movimento da ocupação por setores de atividade, na década de 90, no RS, ver Jornada (2004).

¹⁸ Nessa designação, não estão incluídos os militares e os funcionários públicos estatutários, por isso, o seu total é um pouco inferior àquele dos empregados presente nas tabelas de posição na ocupação.

¹⁹ Note-se que, aqui, diferentemente do que foi tratado anteriormente, se considera a participação dos empregados com carteira assinada no emprego total e não no total da ocupação.

Tabela 6

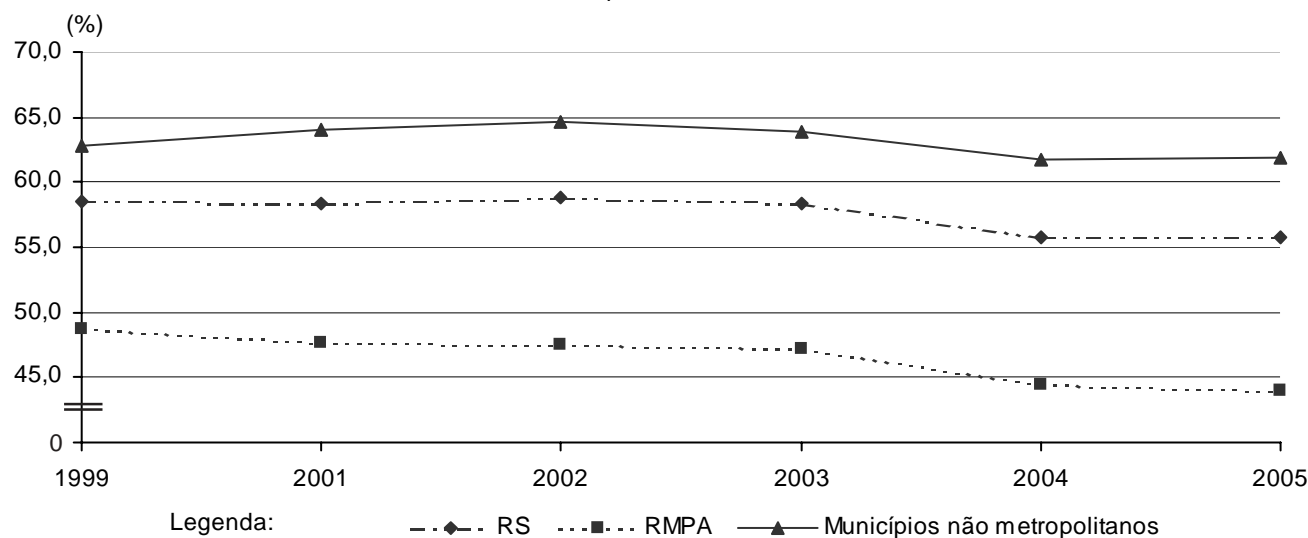
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS			RMPA			MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS		
	1999	2005	Variação %	1999	2005	Variação %	1999	2005	Variação %
TOTAL	5 056 101	5 798 040	14,7	1 563 039	1 979 364	26,6	3 493 062	3 818 676	9,3
Empregados	2 462 720	3 034 420	23,2	941 838	1 278 995	35,8	1 520 882	1 755 425	15,4
Com carteira de trabalho assinada	1 555 691	1 933 077	24,3	617 456	868 685	40,7	938 235	1 064 392	13,4
Militares e funcionários públicos estatutários	320 282	364 726	13,9	106 811	129 947	21,7	213 471	234 779	10,0
Outros	586 181	736 617	25,7	217 571	280 363	28,9	368 610	456 254	23,8
Sem declaração	566	0	-100,0	-	-	-	-	-	-
Trabalhadores domésticos	330 894	355 929	7,6	125 360	133 318	6,3	205 534	222 611	8,3
Conta-própria	1 130 319	1 273 871	12,7	335 885	382 261	13,8	794 434	891 610	12,2
Empregadores	224 266	269 018	20,0	77 613	110 744	42,7	146 653	158 274	7,9
Não-remunerados	568 165	521 464	-8,2	46 113	33 332	-27,7	522 052	488 132	-6,5
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	330 419	337 695	2,2	33 141	37 971	14,6	297 278	299 724	0,8
Trabalhadores na construção para o próprio uso	9 318	5 643	-39,4	3 089	2 743	-11,2	6 229	2 900	-53,4
Sem declaração	-	0	-	-	0	-	0	0	-

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gráfico 9

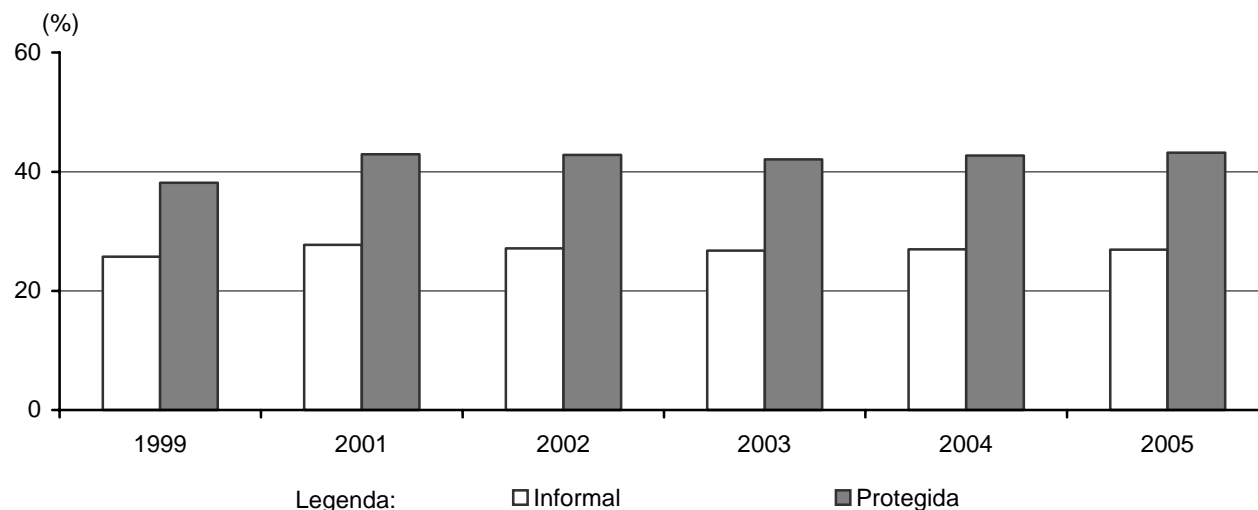
Evolução da participação dos ocupados informais no RS, na RMPA e nos municípios não metropolitanos — 1999-2005



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gráfico 10

Evolução da participação da RMPA na ocupação informal e na ocupação protegida do RS — 1999-2005



LEGENDA: □ Informal ■ Protegida

FONTA: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Tabela 7

Participação percentual dos empregados com carteira assinada no total de empregados (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), em setores selecionados, no RS, na RMPA e nos municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Total	72,6	72,4	73,9	75,6	71,8	70,0
Setor Primário	50,3	44,0	48,2	35,9	50,5	44,7
Indústria de transformação	84,1	84,6	79,9	83,3	86,6	85,5
Setor Terciário	71,3	71,2	73,5	73,8	69,5	68,7

FONTA: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

3 A evolução do desemprego

Respondendo a um crescimento mais intenso da ocupação comparativamente ao da População Economicamente Ativa, tanto no agregado estadual como nos dois recortes territoriais considerados, ainda que com oscilações no interior do período, a taxa de desocupação foi declinante no período analisado (Tabela 8).

No Estado, o contingente de desocupados manteve-se, em 2005, praticamente no mesmo nível do início do período (396,6 mil), com uma variação total de -0,46%. A taxa de desocupação, por sua vez, caiu cerca de um ponto percentual no período, atingindo 6,4% da PEA em 2005 (Gráfico 11).

Na RMPA, que sempre ostentou as maiores taxas de desocupação, houve uma redução de 1,4 ponto percentual nesse indicador, que passou de 10,1% em 1999 para 8,7% em 2005 (Gráfico 11). Nessa região, o número de desocupados teve aumento de 8,2%, atingindo um contingente de 189.000 pessoas ao final do período. Desse modo, em 2005, a RMPA abrigava cerca de 48% dos desocupados do RS, uma ponderação cerca de quatro pontos percentuais superior à do início do período.

Nos municípios não metropolitanos, a taxa de desocupação recuou de 6,0% para 5,2% entre 1999 e 2005 (Gráfico 11). Nesse mesmo período, diferentemente do que ocorreu na RMPA, houve uma diminuição de 16.000 pessoas no contingente de desocupados (variação de -7,2%). Ainda assim, nesse grupo de municípios, o número de desocupados manteve-se mais elevado do que na RMPA. Em 2005, com 207,5 mil desocupados, os municípios não metropolitanos respondiam por 52% do total de desocupados do Estado.

A taxa de desocupação teve repercussão distinta nos diferentes grupos populacionais, em cada um dos recortes analisados. Procurando, então, caracterizar o contingente desempregado, analisam-se, a seguir, os desocupados segundo o sexo, a faixa etária e o nível de escolaridade (Tabela 8).

No RS, as mulheres detiveram sempre as maiores taxas de desocupação, situação que se agravou ao final do período, com a maior elevação das taxas femininas comparativamente às masculinas, registrando 8,0% para elas e 5,1% para eles. A situação foi ainda mais crítica para as mulheres da RMPA, para as quais, em 2005, a despeito da queda de 1,2 ponto percentual, a taxa de desocupação era cerca de 1,6 vez superior à masculina, atingindo 11,1%. Nos municípios não metropolitanos, a

taxa de desocupação feminina, que teve queda de um ponto percentual no período, era de 6,3%, enquanto a masculina era de 4,2%.

Nos estratos etários, a taxa de desocupação também revela diferenciações. Praticamente em todos os grupos, essa taxa diminui à medida que a idade avança,²⁰ o que significa que o desemprego atinge mais duramente a população mais jovem. Uma vez mais, a situação é mais crítica na RMPA.

Além disso, ao se considerar a evolução desse indicador, observa-se redução das taxas de desocupação em praticamente todos os estratos etários, nos três contextos analisados. As exceções foram a faixa de 10 a 14 anos na RMPA, para a qual houve elevação, e o estrato de 20 a 24 anos, para o qual a taxa de desocupação aumentou tanto no agregado estadual como na RMPA e também no conjunto de municípios não metropolitanos.

A taxa de desemprego por níveis de escolaridade mostrou, no período analisado, queda em seu valor na maior parte dos estratos considerados, em todos os recortes territoriais.

No agregado estadual, todos os estratos de escolaridade experimentaram retração na taxa de desocupação, com variações decrescentes, conforme avançavam os níveis de escolaridade — a única exceção são os indivíduos com escolaridade de 11 a 14 anos de estudo, que ostentaram a menor variação da taxa de desemprego (-3,4%).

Na RMPA, apenas o estrato com escolaridade de 15 anos de estudo ou mais teve ampliação na taxa de desocupação. Nos demais, todos com queda nesse indicador, a maior variação negativa ocorreu para o sem instrução e menos de um ano de estudo (-61,9%), e a menor, para o de um a três anos de estudo (-8%).

Nos municípios não metropolitanos, a queda nas taxas de desocupação foi praticamente generalizada — apenas a faixa de 11 a 14 anos de estudo teve elevação (7,5%). Nesse espaço, os estratos de um a três anos de estudo e o de oito a 10 anos de estudo foram os que registraram a maior (-79%) e a menor queda (-14%) na taxa de desocupação, respectivamente.

Em 2005, tanto no agregado estadual como na RMPA e nos municípios não metropolitanos, o segmento que possuía de oito a 10 anos de estudo (o que significa,

²⁰ A única exceção são os jovens de 10 a 14 anos, que têm taxas de desemprego em níveis comparáveis aos daqueles de 20 a 24 anos. Lembra-se que o estrato de 10 a 14 anos detinha as menores taxas de participação e teve queda significativa na ocupação.

pelo menos, a conclusão do ensino fundamental) era o que ostentava as maiores taxas de desemprego. O destaque positivo são aqueles com escolaridade de 15

anos e mais, que, ao longo do tempo e em todos os recortes analisados, ostentaram sempre as menores taxas.

Tabela 8

Taxas de desocupação, por sexo, por faixa etária e por níveis de escolaridade, no RS, na RMPA e no conjunto de municípios não metropolitanos — 1999 e 2005

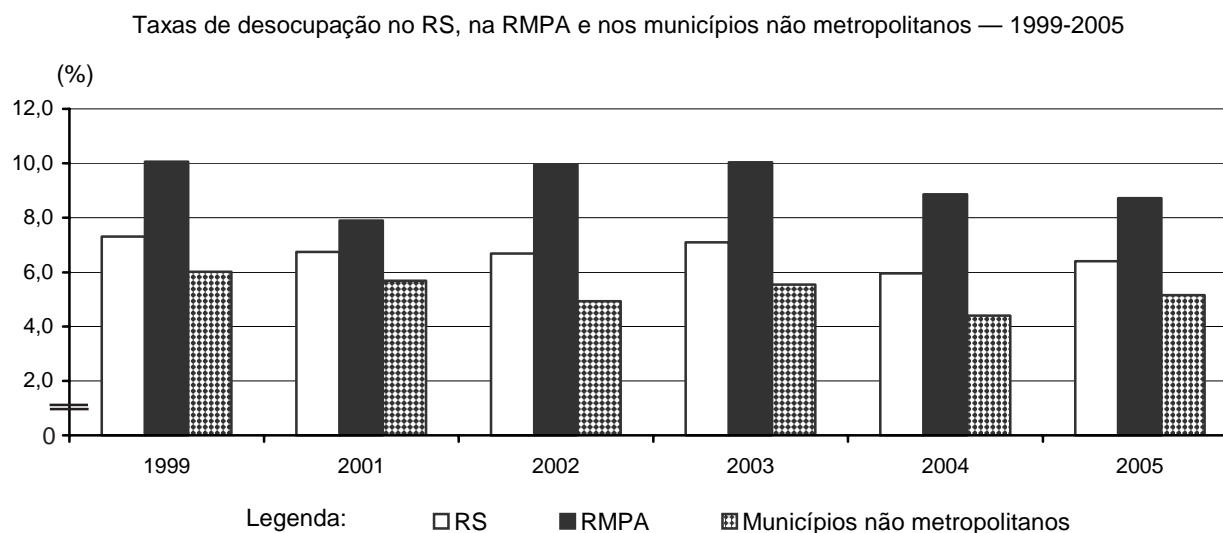
(%)

DISCRIMINAÇÃO	RS		RMPA		MUNICÍPIOS NÃO METROPOLITANOS	
	1999	2005	1999	2005	1999	2005
Total	7,3	6,4	10,1	8,7	6,0	5,2
Homens	6,0	5,1	8,2	6,8	5,0	4,2
Mulheres	8,9	8,0	12,3	11,1	7,3	6,3
Grupos de idade	48,2	57,4	49,9	63,9	45,0	50,9
De 10 a 14 anos	11,3	6,0	20,6	21,9	10,0	3,8
De 15 a 19 anos	20,6	19,6	28,6	27,0	17,0	16,0
De 15 a 17 anos	21,3	19,7	32,2	30,3	16,6	15,5
De 18 e 19 anos	19,9	19,4	24,9	24,7	17,5	16,4
De 20 a 24 anos	11,4	12,3	14,4	15,0	9,6	10,5
De 25 a 29 anos	7,4	7,3	10,1	8,6	6,0	6,4
De 30 a 39 anos	5,7	4,8	7,6	6,2	4,8	3,9
De 40 a 49 anos	4,4	3,8	5,2	4,9	4,0	3,2
De 50 a 59 anos	3,7	2,5	6,4	4,5	2,5	1,5
60 anos ou mais	1,8	1,1	4,0	2,6	1,2	0,7
Grupos de anos de estudo						
Sem instrução e menos de 1 ano	6,8	2,9	11,3	4,3	5,7	2,6
De 1 a 3 anos	6,7	4,0	9,6	8,8	12,4	2,6
De 4 a 7 anos	6,4	5,5	10,5	9,3	4,9	4,1
De 8 a 10 anos	11,0	9,7	13,0	11,8	9,8	8,4
De 11 a 14 anos	8,0	7,7	9,8	8,5	6,5	7,0
15 anos ou mais	3,3	2,8	2,7	3,5	3,7	2,1
Não determinados e sem declaração	11,2	19,4	20,8	17,1	4,2	21,4

FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Mercado de trabalho no RS, no período 1999-2005: um contraste entre a RMPA...

Gráfico 11



FONTE: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

4 Considerações finais

Em linhas gerais, a análise a respeito da evolução do mercado de trabalho no RS, nos primeiros anos do século XXI, mostrou crescimento da ocupação, que se deu especialmente pela elevação do contingente de empregados com carteira de trabalho assinada, bem como diminuição do nível de informalidade e das taxas de desemprego. Contudo, em que pesem os avanços do período, constata-se ainda a permanência de elevado nível de informalidade e de altas taxas de desemprego em todos os recortes territoriais analisados.

Em termos espaciais, evidenciaram-se diferenças importantes no comportamento da RMPA e no do conjunto de municípios não metropolitanos — estes últimos, em geral, com os piores indicadores.

A RMPA destaca-se pelo maior crescimento da ocupação, comparativamente ao conjunto de municípios não metropolitanos, tanto em termos globais como em todos os setores analisados, sobretudo na indústria de transformação. Desse modo, esse espaço, que mais contribuiu para a geração de vagas no Estado, ampliou sua participação na ocupação do RS. Pode-se dizer que houve uma tendência à concentração da ocupação na RMPA.

O contingente de ocupados com inserção protegida também teve um crescimento mais acentuado na RMPA

do que nos municípios não metropolitanos. Desse modo, o espaço metropolitano, que, ao final do período, comparativamente ao outro espaço, contava com a maior participação de postos protegidos, foi o que mais contribuiu para a redução do nível de informalidade estadual.

Tais resultados mostram que a utilização de dados para o agregado estadual acaba por “esconder” comportamentos díspares, impedindo a identificação de problemas específicos e a busca de soluções adequadas para o seu enfrentamento. Emerge daí a necessidade de estudos mais aprofundados, envolvendo as distintas realidades regionais e procurando um melhor entendimento da dinâmica de cada espaço.

Por fim, é preciso destacar que, ainda que os resultados apresentados sejam alentadores, a pouca amplitude temporal não permite que se considere consolidada a evolução positiva obtida na comparação entre os anos extremos do período analisado. Acredita-se que a continuidade desse processo de melhoria das condições do mercado de trabalho, iniciada em 1999, está, em larga medida, atrelada ao crescimento econômico sustentado, sem o que, não será possível a manutenção e nem mesmo a amplificação do quadro até aqui alcançado.

Referências

ALONSO, J. A. F.; BRINCO, R. Caracterização geral da RMPA. In: MAMMARELLA, R. (Coord.). **Como anda a metrópole de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE: Metroplan: UFRGS, 2006.

FLIGENSPAN, Flávio B. Ganhos e perdas no mercado de trabalho no Real: uma revisão por posição na ocupação. In: ENCONTRO da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, São Paulo, ABET, 2003.

FREIRE, José A. Dinâmica do mercado de trabalho metropolitano no Brasil pós anos 90: que mudou, mudou! Mas mudou o suficiente? In: ENCONTRO Nacional de Economia Política, 11., Vitória, 2006. **Anais...** Vitória: SBEP, 2006.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 9, jan. 2001. N. Esp.

INFORME PED. Porto Alegre: FEE, v. 9, jan. 2000. N. Esp.

JORNADA, Maria Isabel H. O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul e o Plano Real: principais evidências. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 223-246, 2004.

MORETTO, Amilton; KREIN, José D. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la. In: ENCONTRO Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 9, São Paulo, ABET, 2005.

PASSOS, A. F.; ANSILIERO, G.; PAIVA, L. H. Mercado de trabalho: evolução recente e perspectivas. **Boletim do Mercado de Trabalho**, n. 26, fev. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/bcmt/mt_26h.pdf>. Acesso em: 27 out. 2006.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS — PNAD (1999, 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

RAMOS, L. **A evolução da informalidade no Brasil metropolitano: 1991-2001**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para discussão, n. 914).

RAMOS, L.; BRITTO, M. **O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1011).

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Geração e realocação**

especial do mercado de trabalho brasileiro — 1992-2002. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. (Texto para discussão, n. 1027).

RAMOS, L.; FERREIRA, V. **Padrões espacial e setorial da evolução da informalidade no Brasil — 1991-2003**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. (Texto para discussão, n. 1099).

STERNBERG, Sheila S. Wagner. O Plano Real e o mercado formal de trabalho no Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 249-270, 2005.

STERNBERG, Sheila S. Wagner; JORNADA, Maria Isabel H.; XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 209-248, 2000.

WILTGEN, Roberto da S.; GARCIA, Lúcia dos S. (Coord.). **Transformações no mercado de trabalho metropolitano: os 10 anos da PED-RMPA**. Porto Alegre: FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT/MTE, PMPA, 2002.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et al. Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (Org.). **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, 2000.